MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos

Decreto n.º 18:308

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado para ser ratificado pelo Poder Executivo o Protocolo relativo às emendas aos artigos 34.º e 40.º da Convenção de Regulamentação de Navegação Aérea, de 13 de Outubro de 1919, que foi assinado em Paris em 11 de Dezembro de 1929.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações

Por ordem superior se faz público que, segundo comunica o secretário geral da Sociedade das Nações, a Grã-Bretanha, a Índia, a Letónia, a Nova Zelândia e a União Sul-Africana ratificaram a declaração de adesão à disposição facultativa prevista no Protocolo de assinatura do Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional, assinada em Genebra a 16 de Dezembro de 1920.

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 5 de Maio de 1930.—O Director Geral, *Augusto de Vasconcelos.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Repartição de Fiscalização da Administração Financeira das Colónias

Portaria n.º 6:332

Sendo necessário esclarecer a aplicação da doutrina do artigo 234.º e seu § único da organização dos serviços dos correios e telégrafos das colónias, aprovada pelo decreto n.º 15:490, de 18 de Maio de 1928: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, observar o seguinte:

1.º A participação de 5 por cento sobre a receita bruta dos correios e telégrafos de cada colónia será liquidada trimestralmente em face de um crédito especial, de im-

portância não superior àquela percentagem, a abrir sómente nas seguintes condições:

a) Quando do confronto entre a receita bruta do trimestre de que se tratar e a média da receita bruta dos trimestres correspondentes dos três últimos anos económicos resultar um excesso;

b) Quando do confronto entre a receita bruta do trimestre de que se tratar e a previsão trimestral da cobrança dos respectivos rendimentos no orçamento da receita para o ano económico a que pertencer aquele trimestre também resultar um excesso.

2.º O crédito especial a que se refere o n.º 1.º não pode, em caso algum, ser superior ao mais pequeno dos excessos a que respeitam as suas alíneas a) e b) e terá como contrapartida o excesso a que alude a primeira destas alíneas.

3.º Quando por qualquer circunstância não tenha sido possível abrir algum crédito dentro do competente exercício, o pagamento da participação a que se refere o n.º 1.º, pela verba de exercícios findos, não pode nunca realizar-se sem que se verifiquem as condições das alíneas a) e b) do mesmo número e se respeite o mínimo estabelecido no n.º 2.º

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1930.—O Ministro das Colónias, *António de Oliveira Salazar.*

Direcção Geral Militar

1.ª Repartição

Decreto n.º 18:309

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias: hei por bem decretar que seja extensivo às colónias, na parte aplicável, o regulamento de continências e honras militares para o exército e para a armada, aprovado pelo decreto n.º 18:120, de 20 de Janeiro de 1930.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Decreto n.º 18:310

O ensino médico português foi profundamente modificado pela legislação universitária de 1911, que lhe imprimiu notáveis progressos, entre os quais cabe citar a instituição regular dos trabalhos práticos, o ensino das especialidades, a criação dos lugares de assistentes, a

remodelação do sistema de recrutamento do pessoal docente, etc.

A legislação de 1918, aproveitando a lição da experiência, alterou algumas das disposições do decreto de 22 de Fevereiro de 1911, procurando principalmente introduzir melhor ordem na organização dos estudos e na composição do pessoal docente.

Posteriormente, em 1926, foi decretada nova organização, que teve de ser modificada, em parte, pelo decreto n.º 14:838, de 7 de Janeiro de 1928. Sucessivas reclamações fundamentadas das Faculdades, por uma parte, e por outra parte a necessidade de rever a organização do ensino médico, pondo-a de acôrdo com o Estatuto Universitário, modificado pelo decreto n.º 16:623, de 18 de Março de 1929, evidenciaram a necessidade da publicação de novo diploma orgânico para esse ensino.

Não pretende a nova organização constituir a reforma dos estudos médicos que seria para desejar. Nas condições actuais de instalação, de material e de pessoal das Faculdades, o ensino só pode melhorar dentro de limites modestos.

Emquanto as condições do Tesouro não permitirem dotar devidamente estes estabelecimentos, de modo que o pessoal se possa consagrar exclusivamente ao ensino e à investigação, pode afirmar-se que a verdadeira reforma dos estudos médicos não estará feita.

O presente decreto limita-se a melhorar, eficazmente, certas imperfeições da legislação vigente e a dar às Faculdades a possibilidade legal de organizar o seu ensino, segundo as lições da experiência e dentro das suas condições próprias.

Não se modifica o elenco das disciplinas que constituem o curso médico-cirúrgico, mas acentua-se, com mais nitidez do que nas leis anteriores, o carácter que deve ter o ensino das especialidades médico-cirúrgicas.

Aos alunos só será obrigatória a aprendizagem dos elementos dessas especialidades que todo o clínico geral deve conhecer. Mas as Faculdades ministrarão não só esse ensino elementar, como também o ensino mais profundo e completo de que necessitam os que pretendem especializar-se nesta ou naquela matéria.

Na divisão normal das matérias por seis anos, fica o sexto ano reservado para as especialidades; mas os regulamentos e portanto a organização dos horários devem ser tais que seja possível, aos que assim o desejarem, frequentar durante o quinto ano os cursos elementares das especialidades.

Manteve-se o sistema de não estatuir, por lei, uma ordem fixa e imutável das disciplinas. Como nas leis anteriores, marcam-se regras gerais para a distribuição das matérias pelos anos do curso.

A experiência já longa mostra que isso basta para não serem discordantes os quadros das três Faculdades. Por outro lado, atende-se a uma ou outra diferença justificada por condições locais e respeita-se a tradição já estatuída no regulamento de 1844 que dava aos conselhos das escolas médico-cirúrgicas o direito de reverem anualmente a ordem dos estudos, modificando-a de conformidade com os ensinamentos da experiência.

Restabelece-se a obrigação da dissertação de fim do curso, tradicional nas escolas de Lisboa e do Porto, origem da maior parte da bibliografia médica portuguesa. A supressão da tese obrigatória decretada em 1926, como já em menor grau o fizera a não exigência da sua impressão, foi um golpe profundo na actividade científica das Faculdades de Medicina. Muito embora um grande número de teses sejam medíocres, produzia-se anualmente muitos trabalhos de valor para cuja publicação cessou o estímulo.

Aos diplomados pelas Faculdades de Medicina, aprovados no acto da licenciatura, confere-se o direito ao uso do título profissional de doutor, de modo a equiparar os

médicos portugueses aos de todo o mundo, evitando-solhes assim situações de inferioridade em países estrangeiros.

Reservou-se porém o grau académico de doutor em medicina, com direito ao uso das insígnias doutorais, aos licenciados que se tenham submetido às provas do exame de doutoramento.

Sucessivos decretos e portarias têm de tal modo alterado as condições de inscrição, frequência e exames dos alunos das Faculdades de Medicina que se torna necessário, mais uma vez, introduzir melhor ordem nessa matéria. O decreto n.º 16:683, de 21 de Maio de 1929, que regulou a extinção progressiva do período transitório, foi de facto alterado pela portaria n.º 6:402. Têm sido assim criadas situações difíceis de resolver se não se atender, com equidade, aos vários casos especiais. Por isso se regula a matéria de exames, de inscrições, de frequências, de modo que a adopção dos princípios salutarés, que as Faculdades há tanto tempo reclamam, se faça progressivamente, com firmeza, mas sem violências.

A necessidade do segunda época de exames no curso de medicina há muito tempo vem sendo reclamada por todas as Faculdades. A índole especial desse ensino exige que em cada ano haja mais de um exame e não permito os exames finais de conjunto que existem na organização das Faculdades de Direito. A permissão de um exame, em cada ano, na segunda época, para os alunos de medicina a quem falta esse exame para se matricularem no ano imediato, mesmo que nele tenham sido reprovados na primeira época, é razoável regalia, preferível ao sistema da dispensa de uma cadeira para a matrícula no ano imediato.

Na organização do pessoal docente adopta-se uma categoria, há muito tempo reclamada, a de *professores agregados*.

Pelas leis vigentes existiam duas categorias de pessoal docente auxiliar: os *professores auxiliares*, remunerados e nomeados mediante concurso dentro das possibilidades estatuídas nos quadros de cada Faculdade, e os *professores livres*, sem direito a remuneração e nomeados de entre os candidatos aprovados em mérito absoluto nos concursos para catedráticos ou professores auxiliares.

Atendeu-se aos desejos tantas vezes manifestados pelas Faculdades de Medicina de que a nomeação dos professores livres não fôsse restrita somente aos candidatos aprovados em concurso para catedráticos ou auxiliares, mas que pudessem adquirir esse título todos os que, mediante prestação de provas, disso fôsem julgados merecedores pelas Faculdades.

Criou-se assim, para substituir a categoria de professores livres, a categoria de professores agregados, cujas provas de habilitação são em tudo idênticas às dos professores auxiliares, não lhes competindo porém vencimento algum, a não ser que sejam encarregados pela Faculdade da regência de quaisquer cursos.

O ingresso no professorado far-se há por concurso de provas públicas. Mesmo nos casos em que, por falta de professores catedráticos, auxiliares e agregados, seja necessário recorrer a pessoas idóneas, o contrato respectivo será sempre precário, findando logo que haja professores catedráticos, auxiliares ou agregados que possam tomar conta do ensino.

Para a nomeação dos professores catedráticos admite-se, em condições excepcionais, restritamente especificadas, a nomeação por convite. O restabelecimento desse direito restitui às Faculdades uma regalia que em todo o mundo é respeitada e permitirá aproveitar para o ensino personalidades eminentes que estão acima de qualquer competição. Prevê-se também, como nas leis vigentes, a nomeação por contrato, útil principalmente quando houver necessidade de chamar professores estrangeiros. Mas o processo normal de nomeação será o

concurso de provas públicas, em que a apreciação dos títulos e trabalhos científicos terá grande importância. Só poderão concorrer outros professores catedráticos, auxiliares ou agregados; o concurso para catedráticos só poderá ser aberto quando houver candidatos com essa categoria. Procura-se, por esta forma, de harmonia com o Estatuto Universitário, que ao lugar de catedrático só possa pretender quem tem passado científico e docente.

As provas dos concursos, tanto para catedráticos, como para agregados, de acordo com a doutrina há muito tempo defendida pelas Faculdades e exarada no decreto n.º 16:623, contêm a exigência do *curriculum vitae* e a discussão pública dos trabalhos dos candidatos. No concurso para agregado há várias provas, destinadas a mostrar vários aspectos das qualidades docentes e técnicas. Deixou-se para os regulamentos privativos a organização minuciosa dessas provas.

Na forma de nomeação dos assistentes procurou-se conciliar a vantagem de submeter os candidatos a provas públicas perante júri com a de conservar aos professores o direito de escolha, como auxiliares da sua confiança que não podem deixar de ser.

Mantiveram-se ou definiram-se as funções de auxiliares técnicos, chefes de serviços técnicos, ajudantes, fora da carreira docente propriamente dita.

Finalmente, nas disposições transitórias, procurou-se salvaguardar os direitos dos actuais professores auxiliares e assistentes.

Na sua feição geral o decreto mantém a orientação das leis anteriores do ensino médico no que respeita à relativa autonomia das Faculdades de Medicina.

Atende, por consequência, à grande complexidade destas Faculdades, por nenhum outro ramo de ensino universitário excedida. Atende também à grande desigualdade de condições em que se encontram as três Faculdades nacionais no que respeita a instalações, a recursos hospitalares, a pessoal e a material. Não há uma forma única de organizar o ensino médico e os mesmos resultados podem ser obtidos com meios diferentes. O decreto procura conferir às Faculdades de Medicina as possibilidades de bem organizarem o ensino dentro de normas largas e gerais.

Compete às Faculdades, nos seus regulamentos, cuja elaboração deve ser imediatamente iniciada, completar, dentro das suas condições próprias, as disposições estabelecidas pelo presente decreto, melhorando o ensino e fazendo progredir as sciências médicas de forma a justificarem a promulgação da reforma que tanto têm reclamado.

Tendo sido ouvido o Conselho Superior de Instrução Pública;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:391, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Instrução Pública:

Hel por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Organização das Faculdades de Medicina

TÍTULO I

Das Faculdades de Medicina

CAPÍTULO I

Das estudos médicos

Artigo 1.º As Faculdades de Medicina das três Universidades têm por fim ministrar o ensino profissional médico-cirúrgico e constituir centros de estudo das sciências médicas.

§ único. As Faculdades de Medicina gozarão de autonomia pedagógica e administrativa dentro das normas fixadas no Estatuto da Instrução Universitária e elaborarão os respectivos regulamentos privativos de harmonia com a presente organização geral, tendo em atenção as suas condições especiais.

Art. 2.º As disciplinas que constituem o ensino profissional médico-cirúrgico distribuem-se pelos seguintes grupos:

1.º grupo:

Anatomia humana, descritiva e topográfica.
Histologia geral e especial.
Embriologia.

2.º grupo:

Fisiologia geral e especial.
Química fisiológica.
Farmacologia.
Terapêutica geral (Radioterapia, fisioterapia, hidrologia, etc.).

3.º grupo:

Patologia geral.
Anatomia patológica geral e especial.

4.º grupo:

Medicina legal.
Deontologia profissional.
Toxicologia forense.

5.º grupo:

Bacteriologia e parasitologia.
Higiene e epidemiologia.

6.º grupo (Medicina interna):

Propedêutica médica.
Patologia médica.
Clínica médica.
Terapêutica médica clínica.
Clínica de moléstias infecciosas.

7.º grupo (Cirurgia):

Propedêutica cirúrgica.
Patologia cirúrgica geral e especial.
Clínica cirúrgica.

8.º grupo:

Obstetrícia.
Ginecologia.

§ 1.º As disciplinas de medicina operatória e técnica cirúrgica, semiótica laboratorial e semiótica radiológica e a história da medicina serão colocadas nos grupos segundo for disposto nos regulamentos privativos.

§ 2.º A pediatria e a ortopedia e as seguintes especialidades clínicas; oftalmologia, psiquiatria, neurologia, oto-rino-laringologia, dermatologia e sifilografia, urologia, poderão constituir grupos aparte ou ser incorporadas nalguns dos acima mencionados conforme for estabelecido nos regulamentos privativos.

Art. 3.º As disciplinas do curso médico-cirúrgico devem ser cursadas nas Faculdades de Medicina durante seis anos, sendo conferido o grau de licenciado ao aluno que tenha concluído este curso. A ordem dos estudos será fixada obrigatoriamente para cada Faculdade no seu regulamento privativo, podendo os conselhos escolares alterar essa ordem, introduzindo-lhe as modificações que a experiência aconselhar, respeitando porém sempre as seguintes regras gerais:

a) Nos 1.º e 2.º anos serão estudadas: anatomia des-

critiva e topográfica, histologia geral e especial, embriologia, fisiologia geral e especial, química fisiológica;

b) Nos 3.º e 4.º anos serão estudadas: anatomia patológica geral e especial, farmacologia, terapêutica geral, propedêutica médica, propedêutica cirúrgica, semiótica laboratorial e semiótica radiológica, medicina operatória e técnica cirúrgica, patologia cirúrgica geral e especial, patologia médica;

c) Nos 5.º e 6.º anos serão estudadas: clínica médica, terapêutica médica clínica, clínica cirúrgica, clínica de moléstias infecciosas, obstetrícia e ginecologia, pediatria, medicina legal, deontologia profissional;

d) No último ano do curso serão estudadas as especialidades clínicas, excepto a ginecologia, que poderá ser estudada conjuntamente com a obstetrícia no 5.º ano do curso, e a psiquiatria, que poderá também ser incluída no 5.º ano quando o seu exame estiver reunido com o de medicina legal;

e) A patologia geral e experimental, a bacteriologia e a parasitologia poderão ser estudadas no 2.º ou 3.º ano, a higiene e a terapêutica médica no 4.º ou 5.º ano;

f) As especialidades poderão ser frequentadas no 4.º ou 5.º ano, quando assim o permitirem os horários das Faculdades, dispensando-se a frequência do 6.º ano se o aluno tiver concluído a sua licenciatura.

Art. 4.º Os regulamentos privativos de cada Faculdade especificarão quais as disciplinas que constituem cadeiras e as que constituem cursos.

§ 1.º As cadeiras e os cursos serão anuais ou semestrais conforme for fixado nos regulamentos privativos.

§ 2.º As Faculdades poderão propor: a fusão, a criação ou supressão da cadeira e cursos; a transformação de cadeiras e cursos; a divisão em turmas, atendendo às condições do pessoal e material disponíveis e à capacidade das aulas, dos cursos práticos laboratoriais e clínicos e das aulas teóricas, desde que o número de alunos seja superior a vinte e cinco nos cursos práticos e e cinquenta nas aulas teóricas.

§ 3.º O ano lectivo divide-se em dois semestres: o do inverno e o de verão, terminando o primeiro no último dia de Fevereiro e começando o segundo no dia imediato.

Art. 5.º O ensino das especialidades será dividido em duas partes:

a) Parte fundamental, obrigatória para todos os alunos, e cuja duração não excederá um semestre;

b) Parte complementar, facultativa, e cuja duração poderá ser de dois ou mais semestres.

§ único. O ensino das especialidades poderá consistir em estágios feitos nas respectivas clínicas.

CAPÍTULO II

Do regime de estudos

Art. 6.º A admissão às Faculdades de Medicina faz-se mediante certidão de aprovação nos exames das disciplinas do curso preparatório (F. Q. N.) professado nas Faculdades de Ciências e cursado no tempo mínimo de um ano.

§ único. Este curso preparatório é constituído pelas seguintes disciplinas:

Física (F. Q. N.);

Química e noções elementares de química-física (F. Q. N.);

Zoologia (F. Q. N.);

Botânica (F. Q. N.).

Os programas, o tempo de duração dos cursos e os exames serão estabelecidos por acordo entre as Faculdades de Medicina e de Ciências.

Art. 7.º A inscrição nas disciplinas que constituem cada um dos anos do curso das Faculdades de Medicina só é permitida aos alunos aprovados em todos os exames do ano anterior.

§ único. Pode ser permitida a inscrição no 6.º ano aos alunos que não tenham obtido aprovação num ou mais exames das cadeiras do 5.º ano, contanto que proveja a sua frequência e aproveitamento.

Art. 8.º Os alunos podem requerer transferência de uma para outra das Faculdades de Medicina, nos termos do disposto no artigo 8.º do decreto n.º 15:453.

§ único. Quando a ordem dos estudos não for idêntica nas duas Faculdades entre as quais se faz a transferência, o aluno transferido terá de frequentar, além das disciplinas do ano em que se inscreve, mais aquelas que não faziam parte do elenco do ano anterior na Faculdade donde transitou, sujeitando-se porém sempre à ordem das precedências estabelecidas na Faculdade em que se inscreve. Inversamente, será dispensado de frequentar qualquer disciplina de que já tenha obtido a respectiva aprovação na Faculdade donde provier.

Art. 9.º O ensino obedecerá aos programas aprovados anualmente pelos conselhos escolares e será quanto possível demonstrativo e acompanhado de trabalhos práticos.

§ 1.º O ensino deve em cada cadeira ou curso abraçar tanto quanto possível, o quando assim o permita a sua índole, toda a matéria do programa, podendo complementarmente ser consagrado o tempo a assuntos limitados desse programa.

§ 2.º Nos cursos clínicos devem os professores fazer ou promover, quanto possível, além do ensino à cabeceira dos doentes, a exposição de lições orais, tendo por objecto estudos sintéticos de casos clínicos ou resultados de trabalhos dos respectivos laboratórios.

§ 3.º Os trabalhos práticos consistirão quer em manipulações técnicas, quer na assistência a demonstrações, quer em observações e relatórios clínicos.

§ 4.º As Faculdades poderão organizar estágios hospitalares, que valerão como trabalhos práticos.

Art. 10.º Os alunos de medicina legal serão admitidos à assistência e participação em todos os exames que se effectuem nos institutos de medicina legal, sob a inspecção, direcção e responsabilidade do pessoal dos institutos adstrito aos respectivos serviços.

§ único. O juiz que presidir aos exames médico-legais quando assim o julgar indispensável poderá consentir a assistência e a participação no exame sómente a dois alunos devidamente ajuramentados.

Art. 11.º É obrigatória a comparência aos trabalhos práticos e às aulas de clínica.

§ único. Os regulamentos privativos das Faculdades disporão sobre a forma de averiguação da frequência nas aulas teóricas.

Art. 12.º Os trabalhos práticos serão executados sob a direcção dos respectivos professores catedráticos auxiliares, agregados ou assistentes.

Art. 13.º O regulamento de cada Faculdade determinará a forma de averiguação da frequência dos trabalhos práticos, fixando o número de faltas que determina a perda da frequência.

§ único. Os regulamentos das Faculdades poderão fixar para cada curso a realização de determinados exercícios, que os alunos devem apresentar durante o ano, implicando perda da frequência a falta de apresentação de um terço do número marcado de exercícios.

Art. 14.º O aproveitamento dos alunos é apreciado pela classificação dos trabalhos práticos, laboratoriais ou clínicos, dos interrogatórios e exposições orais ou escritas e dos exames de frequência e finais.

§ único. Os regulamentos de cada Faculdade fixarão o número dos exames de frequência a realizar em cada cadeira ou curso.

Art. 15.º Os exames finais corresponderão a uma ou mais disciplinas, conforme fôr determinado nos regulamentos de cada Faculdade, e constarão de provas práticas e orais.

§ 1.º A época normal dos exames finais, nos termos do disposto no artigo 89.º do Estatuto Universitário, irá de 1 de Junho a 31 de Julho, mas será permitido aos alunos requerer um exame em Outubro do ano que frequentaram, mesmo que nêle tenham sido excluídos na primeira época, quando a passagem de ano ou a conclusão da licenciatura estejam dependentes dêsse exame.

§ 2.º Os regulamentos das Faculdades poderão incluir nas suas disposições a dispensa de parte ou da totalidade do exame final aos alunos que tiverem obtido aprovação em todos os exames de frequência respectivos, com a média final mínima de 14 valores.

§ 3.º Em cada ano não poderá haver mais de quatro exames finais.

Art. 16.º O aproveitamento nas especialidades clínicas, pelo que se refere à parte fundamental e obrigatória, é averiguado por exames de frequência, realizados no fim do curso, ou por exames finais de grupo, associados a outras disciplinas, podendo haver exames na época de Outubro de acôrdo com o estabelecido no artigo 15.º do presente decreto.

Art. 17.º Obtida aprovação nos exames finais das cadeiras e cursos do último ano e tendo apresentado prova de frequência dos cursos e estágios dêsse ano, poderão os alunos apresentar-se ao acto de licenciatura, cuja aprovação é indispensável para que lhes seja permitido o exercício da profissão de médico-cirurgião.

§ único. A aprovação no acto de licenciatura confere o direito ao uso do título profissional de doutor em medicina, que será exarado no respectivo diploma.

Art. 18.º O acto de licenciatura consistirá na apreciação, por um júri especial, duma dissertação impressa expressamente composta com êsse intuito pelo aluno. A regulamentação dêsse acto compete às Faculdades.

Art. 19.º Os alunos que concluírem no 5.º ano os exames de clínica médica, clínica cirúrgica, obstetria e medicina legal podem inscrever-se no 6.º ano nos cursos superior de medicina sanitária e superior de medicina legal.

Art. 20.º Os médicos diplomados pelas Faculdades e escolas estrangeiras e os da Escola Médico-Cirúrgica de Goa podem adquirir a habilitação médica, submetendo-se aos seguintes exames e depois ao acto de licenciatura:

- 1.º Anatomia, histologia e embriologia;
- 2.º Fisiologia, química fisiológica, farmacologia e terapêutica;
- 3.º Anatomia patológica e patologia geral;
- 4.º Bacteriologia, parasitologia, higiene e epidemiologia;
- 5.º Medicina operatória e pequena cirurgia;
- 6.º Medicina interna (patologia, terapêutica e clínica);
- 7.º Cirurgia (patologia, terapêutica e clínica);
- 8.º Obstetria e ginecologia;
- 9.º Medicina legal, deontologia, toxicologia forense, psiquiatria forense.

§ 1.º Nos exames indicados sob os n.ºs 6.º e 7.º poderá o candidato ser interrogado sobre matéria das especialidades médicas ou cirúrgicas.

§ 2.º A regulamentação dêsstes exames é da competência das respectivas Faculdades.

§ 3.º Os candidatos a estes exames pagarão a totalidade das propinas correspondentes a todas as cadeiras e cursos da licenciatura.

Art. 21.º O grau académico de doutor em medicina com direito ao uso das insignias doutorais será conferido aos licenciados que forem aprovados nas provas do exame de doutoramento exigidas pelos regulamentos privativos e será inerente à aprovação em mérito absoluto nos concursos para professores auxiliares e agregados.

§ 1.º O acto de doutoramento realizar-se há perante o conselho escolar ou sua delegação, consoante fôr determinado pelos regulamentos da respectiva Faculdade, e será presidido pelo reitor ou por um seu delegado.

§ 2.º As Faculdades determinarão nos seus regulamentos privativos as épocas de realização de provas, duração das mesmas, constituição dos júris e tudo o mais que ao assunto diga respeito.

TÍTULO II

Do pessoal

CAPÍTULO III

Do pessoal docente

Art. 22.º O pessoal docente das Faculdades de Medicina é constituído por:

- a) Professores catedráticos;
- b) Professores contratados;
- c) Professores auxiliares;
- d) Professores agregados;
- e) Chefes de serviços;
- f) Assistentes.

Art. 23.º Para efeito dos concursos, regências, substituições, acumulações e transferências as cadeiras e cursos professados nas Faculdades de Medicina dividir-se hão em grupos, conforme o disposto no artigo 2.º

§ 1.º Para efeito de provimento das vagas de professor catedrático os regulamentos privativos poderão subdividir os grupos em cadeiras.

§ 2.º As especialidades clínicas poderão constituir grupos à parte ou ser encorporadas nalguns dos referidos grupos, conforme fôr estabelecido nos regulamentos respectivos.

CAPÍTULO IV

Dos professores catedráticos

Art. 24.º Os professores catedráticos são nomeados pelo Governo, sob proposta fundamentada do conselho escolar.

Art. 25.º A proposta de nomeação deverá basear-se em:

- 1.º Convite a individualidade de reconhecido mérito demonstrado por vasta obra científica;
- 2.º Transferência de professor catedrático dentro da mesma Faculdade ou de outra congénere, da mesma cadeira ou de cadeira afim e que tenha demonstrado reconhecida competência nas matérias da cadeira vaga;
- 3.º Concurso de provas documentais e públicas.

Art. 26.º O provimento dos professores catedráticos por convite ou por transferência será proposto à Faculdade por três professores catedráticos em relatório fundamentado, discutido em sessão do conselho escolar, expressamente convocado. Para que a proposta possa ter seguimento, é necessário que seja aprovada ou subscrita por quatro quintos dos professores catedráticos em exercício.

§ único. As transferências dos professores catedráticos podem ser efectuadas a requerimento dos interessados, observando-se porém o disposto neste artigo.

Art. 27.º Quando ocorra uma vaga de professor catedrático e o seu provimento não tenha sido feito por convite ou por transferência, será o lugar posto a concurso.

§ único. Os candidatos apresentarão nos prazos previstos nos regulamentos respectivos, além dos documentos já exigidos por lei, o seu *curriculum vitae* impresso, com os documentos comprovativos da sua carreira científica, didáctica e profissional e os trabalhos publicados de que sejam autores, especialmente sobre as matérias da cadeira vaga.

Art. 28.º Podem concorrer a professores catedráticos os professores catedráticos, auxiliares e agregados das Faculdades que tenham publicado trabalhos sobre as matérias da cadeira vaga.

Art. 29.º As provas de concurso para professor catedrático serão prestadas perante o conselho escolar constituído como júri, sob a presidência do reitor, eventualmente acrescido de professores das outras Faculdades congêneres, e constarão de duas provas públicas:

1.ª Apreciação e discussão dos trabalhos científicos dos candidatos;

2.ª Uma lição sobre matéria da cadeira vaga, à escolha do candidato, havendo ou não interrogatório conforme for determinado pelos regulamentos privativos.

§ único. A estes concursos aplicar-se há a doutrina do artigo 65.º do Estatuto de Instrução Universitária na parte não modificada pelo presente decreto.

Art. 30.º Aos professores catedráticos compete:

a) A regência do curso ou cursos respectivos à cadeira de que são proprietários e a direcção dos seus trabalhos práticos, assim como a regência de quaisquer outros cursos de que sejam encarregados pelo conselho escolar;

b) A direcção dos laboratórios, clínicas ou institutos correspondentes às suas cadeiras;

c) A superintendência do ensino anexo às suas cadeiras e ministrado nos serviços de que sejam directores;

d) Contribuir para o progresso das sciências, quer divulgando-as por lições e conferências, quer investigando e publicando os seus trabalhos e os dos seus discípulos e colaboradores;

e) Fazer parte do conselho escolar e desempenhar os cargos para que sejam nomeados;

f) Fazer parte dos júris de exames e concursos.

Art. 31.º Os professores catedráticos tomarão a propriedade de uma cadeira dentro do respectivo grupo a que tenham concorrido, nos termos do disposto no artigo 53.º do Estatuto de Instrução Universitária.

Art. 32.º Quando a aplicação de qualquer das formas de provimento indicadas no artigo 25.º não tenha dado resultado útil, podem as Faculdades contratar individuo nacional ou estrangeiro de reconhecido mérito para exercer as funções de professor contratado.

§ 1.º Os professores contratados, enquanto estiverem em exercício, têm os mesmos direitos, regalias e deveres dos professores catedráticos.

§ 2.º Não poderá ser contratado individuo que tenha sido reprovado em concurso para professor catedrático, auxiliar ou agregado.

§ 3.º O contrato terá em regra a duração de um ano, entendendo-se renovado desde que não seja denunciado por qualquer das partes contratantes.

Art. 33.º Os vencimentos dos professores catedráticos e as gratificações pelo seus serviços docentes serão os fixados no decreto n.º 15:019.

Art. 34.º Quando o professor catedrático reger os trabalhos práticos de laboratório da sua cadeira, receberá a gratificação mensal de 300\$ por cada turma de quatro horas semanais, não podendo acumular mais de três gratificações por este efeito.

§ único. Essa gratificação será paga pelas disponibilidades da verba inscrita para gratificações de acumulação do serviço de regência e regência de cursos práticos.

CAPÍTULO V

Dos professores auxiliares e agregados

Art. 35.º Os professores auxiliares têm por funções:

a) Completar e auxiliar o ensino dos professores catedráticos, substituindo-os nos seus impedimentos;

b) Reger cadeiras e cursos teóricos ou práticos e turmas de desdobramento;

c) Reger cursos auxiliares e anexos;

d) Tomar parte nos júris de exames;

e) Exorcer as funções de chefes de trabalhos práticos e chefes de clínica.

Art. 36.º Os professores auxiliares serão nomeados pelo Governo mediante proposta fundamentada do conselho escolar.

§ único. Os professores auxiliares ficam sujeitos a recondução nos termos do disposto no artigo 70.º do Estatuto Universitário.

Art. 37.º A proposta de nomeação deverá basear-se em:

1.º Convite a professor agregado da respectiva Faculdade;

2.º Concurso de provas documentais e públicas, a que poderão apresentar-se licenciados em medicina.

§ único. O convite a que se refere o n.º 1.º deste artigo só pode recair em agregado que tenha publicado trabalhos de reconhecido mérito sobre as matérias do grupo em que há vaga.

Art. 38.º A nomeação dos professores agregados será feita, sob proposta fundamentada do Conselho, mediante qualquer das seguintes formas:

1.ª Provas de habilitação ao título de professor agregado, que podem ser requeridas em qualquer época por licenciados em medicina;

2.ª Aprovação em mérito absoluto no concurso para professor auxiliar.

Art. 39.º Os candidatos a professores auxiliares e agregados apresentarão nos prazos previstos nos regulamentos respectivos, além dos documentos já exigidos por lei, o seu *curriculum vitae* impresso, com os documentos comprovativos da sua carreira científica, didáctica e profissional e os trabalhos publicados do que sejam autores, especialmente referentes às matérias do grupo a que concorrem.

Art. 40.º Tanto o concurso como as provas de habilitação serão efectuados de acôrdo com o disposto no artigo 2.º sobre grupos de cadeiras e cursos.

Art. 41.º Os professores auxiliares poderão transitar de grupos se tiverem demonstrado, por trabalhos publicados, competência para as disciplinas do grupo para onde pretendem transferir-se e se o conselho o aprovar, sob proposta fundamentada dos professores do grupo ou de grupo afim.

Art. 42.º O título de professor agregado é vitalício e ao seu titular não corresponde qualquer vencimento, a não ser quando venha a desempenhar quaisquer funções docentes remuneradas e somente enquanto as desempenhar.

§ único. O número de professores agregados é indeterminado.

Art. 43.º Os professores auxiliares e os agregados podem ser encarregados da regência de cadeiras e cursos nos termos do disposto no artigo 35.º, devendo a sua nomeação ser proposta ao Governo pelo conselho escolar em proposta fundamentada.

§ 1.º A nomeação dos encarregados de curso será feita anualmente, findo o que poderão ser reconduzidos uma ou mais vezes.

§ 2.º Os professores agregados, quando regerem cadeiras ou cursos, por encargo das Faculdades, terão como remuneração enquanto durar a regência vencimentos iguais ao vencimento fixo de professor auxiliar se assim o permitirem as disponibilidades da respectiva dotação orçamental.

§ 3.º Aos professores auxiliares e aos agregados, quer estejam ou não em exercício, é permitido fazer cursos livres nas condições fixadas nos regulamentos.

Art. 44.º Quando as regências das cadeiras ou cursos estiverem vagas por não haver professores catedráticos, auxiliares ou agregados a quem possam ser confiadas essas regências, assim como para os desdobramentos o

turmas, poderá o conselho contratar pelo ano ou semestre lectivo, como encarregados de curso, pessoas idóneas.

§ 1.º Quando o encargo disser apenas respeito à regência de um curso, o contratado receberá somente durante o tempo de regência e a sua remuneração será igual ao vencimento fixo de professor auxiliar.

§ 2.º Quando o encarregado de curso tiver de desempenhar todas as funções que pelo artigo 35.º competem a professor auxiliar, receberá o respectivo vencimento.

§ 3.º A duração do contrato não excederá em caso algum dois anos e cessará se, no entretanto, tiver havido concurso com resultado útil.

Art. 45.º O júri dos concursos e provas de habilitação para professores auxiliares e agregados será constituído pelos professores catedráticos da Faculdade, eventualmente acrescido de professores das outras Faculdades, conforme fôr disposto nos regulamentos, e será presidido pelo reitor ou seu delegado.

§ único. Observar-se há nos concursos o disposto no artigo 65.º do Estatuto Universitário.

Art. 46.º As provas públicas dos concursos para professores auxiliares e as provas de habilitação para professores agregados serão as seguintes:

1.ª Apreciação e discussão dos trabalhos científicos dos candidatos, devendo um desses trabalhos ser uma dissertação impressa, expressamente escrita para o concurso;

2.ª Lição de uma hora sobre ponto tirado à sorte com antecipação de quarenta e oito horas, seguida de argumentação durante o tempo máximo de uma hora;

3.ª Lição de uma hora, sobre assunto escolhido pelo candidato, com argumentação;

4.ª Uma ou mais provas práticas prestadas perante delegação especializada do júri, havendo sobre elas argumentação, perante todo o júri, durante uma hora.

§ 1.º Os pontos das lições e provas práticas serão afixados vinte dias antes do início das provas, devendo na mesma data ser comunicado ao júri o assunto da lição à escolha.

§ 2.º A dissertação será dispensada aos candidatos que tiverem obtido anteriormente o grau académico de doutor em medicina.

CAPÍTULO VI

Dos chefes de serviços

Art. 47.º Os chefes de serviços (de trabalhos práticos, de clínicas, de laboratórios e de serviços técnicos) são os auxiliares imediatos dos professores catedráticos na direcção pedagógica, científica e técnica dos serviços a seu cargo.

Art. 48.º A nomeação dos chefes de serviços será proposta ao conselho escolar pelos respectivos professores catedráticos em relatório fundamentado.

Art. 49.º Se o conselho escolar aprovar a escolha feita, far-se há seguidamente a proposta ao Governo para a sua nomeação por um período de cinco anos, podendo ser reconduzidos por um ou mais períodos de igual duração.

§ 1.º Os chefes de trabalhos práticos e de clínicas serão escolhidos pelo conselho escolar de entre os professores auxiliares ou de entre os professores agregados.

§ 2.º Os chefes de serviços técnicos serão nomeados de acordo com o disposto nos respectivos regulamentos internos das Faculdades, podendo essas funções ser exercidas por professores catedráticos.

§ 3.º Os chefes de laboratório serão nomeados de acordo com o disposto nos respectivos regulamentos internos das Faculdades.

§ 4.º Aos lugares de chefes de trabalhos práticos e de chefes de clínica não corresponde remuneração especial, quando forem exercidos por professores auxiliares.

Quando esses lugares forem exercidos por professores agregados, serão remunerados com vencimentos iguais aos vencimentos fixos de professores auxiliares, cabendo nesses casos aos agregados a gratificação do exercício prevista no artigo 3.º do decreto n.º 15:019, se forem também encarregados de qualquer curso.

CAPÍTULO VII

Dos assistentes

Art. 50.º Os assistentes são recrutados entre os licenciados em medicina, mediante concurso de provas públicas, práticas e documentais, para os grupos especificados no artigo 2.º

§ 1.º Os regulamentos das Faculdades determinarão o modo de execução das provas e a documentação a apresentar pelos candidatos.

§ 2.º O júri do concurso para assistentes será constituído por uma delegação do conselho escolar da Faculdade.

§ 3.º A classificação dos candidatos será feita unicamente em mérito absoluto; o professor respectivo escolherá entre os aprovados quem deve ser proposto para o lugar vago.

§ 4.º Os candidatos aprovados em mérito absoluto nos concursos para assistentes, e a quem não tenha competido nomeação, podem ser nomeados assistentes livres, pelas Faculdades, sem direito a vencimento, mas podendo auxiliar os assistentes e substituí-los nos seus impedimentos.

Art. 51.º Os assistentes são nomeados por um ano, podendo ser reconduzidos anualmente até perfazerem cinco anos de exercício, e findo este período serão exonerados e o lugar declarado vago.

§ 1.º Os assistentes que tiverem obtido o título de professor agregado ou o grau académico de doutor nos termos do presente decreto ou do decreto n.º 12:697, de 19 de Novembro de 1926, poderão ser reconduzidos por períodos sucessivos de cinco anos após a quarta recondução anual.

§ 2.º Nos serviços anexos onde haja também serviços extra pedagógicos, pode o professor propor ao conselho a prorrogação do tempo de serviço, se o assistente tiver adquirido notável especialização em serviços técnicos que aconselhe a sua manutenção.

§ 3.º Haverá tanto nos laboratórios como nas clínicas das Faculdades de Medicina assistentes voluntários sem remuneração, nomeados pelo professor, nas condições que forem estabelecidas pelos regulamentos.

§ 4.º A nomeação dos assistentes constitui atribuição do reitor e será feita sobre proposta do conselho escolar. O reitor dará conhecimento da nomeação à Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, sendo dispensado o «visto» do Conselho Superior de Finanças.

§ 5.º Quando haja reclamação, serão os processos dos concursos enviados à Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.

Art. 52.º Compete aos assistentes auxiliar os professores nos seus vários serviços pedagógicos, científicos e clínicos.

Art. 53.º Os conselhos escolares das Faculdades de Medicina poderão, sob proposta dos professores dos respectivos grupos, transformar alguns lugares de assistentes das clínicas em lugares de ajudantes de clínica, sem prejuízo contudo da preparação e recrutamento do pessoal docente superior.

§ único. Estes lugares desaparecerão, transformando-se de novo em lugares de assistentes, desde que os respectivos professores assim o proponham.

Art. 54.º Os ajudantes de clínica terão os mesmos vencimentos e desempenharão junto dos respectivos professores funções idênticas às dos assistentes, com a exclu-

são das funções docentes, sendo porém obrigados à prestação de todo o serviço clínico que lhes fôr exigido.

Art. 55.º Os ajudantes de clínica serão contratados pelo reitor sob proposta do respectivo professor, obtida a competente autorização ministerial.

§ único. Estes contratos serão válidos por um ano, podendo porém ser renovados sucessivamente por iguais períodos, se o professor o achar conveniente.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais e transitórias

Art. 56.º É das atribuições dos conselhos escolares:

a) Instituir, com autorização do senado universitário, cursos facultativos ou livres, gerais e especiais, sobre matérias do quadro ou afins, regidos por professores catedráticos, auxiliares e agregados, e bem assim cursos de férias ou de extensão universitária;

b) Criar cursos de aperfeiçoamento e de repetição, sendo estes abertos apenas a requerimento dos alunos e pagos por estes mediante propinas especiais.

Art. 57.º Os concursos para qualquer lugar docente serão abertos dentro do prazo máximo de seis meses depois de ocorrida a vaga.

§ único. Para as vagas existentes actualmente serão abertos concursos dentro do prazo máximo de seis meses a contar da publicação do presente decreto.

Art. 58.º Os actuais professores auxiliares nomeados por concurso de provas públicas e que sejam reconduzidos, os que foram nomeados em virtude do artigo 63.º da reforma do ensino médico de 22 de Fevereiro de 1911, e do artigo 92.º do regulamento das Faculdades de Medicina de 23 de Agosto de 1911, ou segundo o § único do artigo 89.º do decreto n.º 5:355, de 27 de Março de 1919, conservam o seu lugar vitalício e direitos inerentes.

Art. 59.º Os actuais professores livres e professores auxiliares livres das Faculdades de Medicina passam a professores agregados, conservando os direitos que lhes dava a designação pela qual foram nomeados, especificadamente o direito de admissão ao concurso para catedráticos.

Art. 60.º Os actuais professores auxiliares e encarregados de curso, contratados, continuam em exercício até o termo dos seus contratos se, no entretanto, os concursos para provimento das vagas respectivas não tiverem dado resultado útil.

§ 1.º Os conselhos escolares poderão propor a nomeação definitiva como professor auxiliar de professores auxiliares contratados que nessa categoria ou na de primeiro assistente tiverem mais de dez anos de bons serviços. A esta matéria aplicar-se há a doutrina do artigo 25.º deste decreto.

§ 2.º Quando não tenha dado resultado útil o curso para qualquer lugar de professor auxiliar, poderá ser renovado o contrato em qualquer dos actuais contratados, applicando-se a doutrina do § 3.º do artigo 44.º e do § 2.º do artigo 32.º

Art. 61.º Os actuais assistentes nomeados segundo a lei do ensino médico de 19 de Novembro de 1926 (decreto n.º 12:697) ficam sujeitos, no fim de cinco anos de nomeação, ao regime instituído pelo presente decreto.

Art. 62.º Os actuais assistentes, ainda nomeados segundo a legislação de 1918-1919, continuam no regime da lei segundo a qual foram recrutados, até terminar os oito anos de serviço, se tiverem sido sempre reconduzidos.

Art. 63.º A presente lei é applicável aos alunos inscritos nas Faculdades de Medicina no regime de estudos do decreto n.º 12:697, de 19 de Novembro de 1926, isto é, inscritos pela primeira vez no curso preparatório nas

Faculdades de Ciências no ano lectivo de 1927-1928 e seguintes.

Art. 64.º Os alunos que actualmente frequentam as Faculdades de Medicina em regime de período transitório continuam nesse regime, que se extinguirá gradualmente, passando para o regime instituído neste decreto-lei no principio dos anos lectivos de 1930-1931, 1931-1932, 1932-1933, 1933-1934, 1934-1935 conforme frequentarem, respectivamente, nesses anos, o 1.º, 2.º, 3.º, 4.º ou 5.º ano do curso.

§ 1.º Os alunos do período transitório ficam sujeitos ao mesmo regime de frequência e de aproveitamento dos alunos do regime instituído neste decreto-lei, como nêlo vai definido e conforme fôr especificado nos regulamentos respectivos, mas a duração mínima dos estudos médicos continuará a ser para êles de cinco anos e o acto de licenciatura será facultativo, embora no caso em que o requeriram se applique a doutrina dos artigos 16.º e 17.º deste decreto.

§ 2.º Aos alunos actualmente inscritos nas Faculdades de Medicina que estiverem nas condições previstas no artigo 27.º do decreto n.º 16:623, de 18 de Março de 1929, e da portaria n.º 6:692, de 21 de Fevereiro de 1930, isto é, que tenham de frequentar mais de cinco disciplinas no mesmo ano, é mantida a segunda época em Outubro para os exames de que na época normal não tenham prestado provas, podendo repetir nessa época um exame de que tenham sido excluídos na primeira época, quando lhes faltar a aprovação nesse exame para passarem de ano.

§ 3.º Aos alunos que frequentam cumulativamente o 1.º e 2.º anos, em virtude do disposto na portaria n.º 6:402, de 27 de Setembro de 1929, são extensivas as disposições do parágrafo anterior.

§ 4.º Ficam expressamente revogadas as leis n.ºs 1:706, de 20 de Dezembro de 1924, e 1:776, de 1 de Maio de 1925.

Art. 65.º É abolida, a partir do principio do ano lectivo de 1930-1931, para todos os alunos, de qualquer regime, a permissão de inscrição em qualquer dos anos do curso médico sem aprovação em todos os exames do ano anterior, ficando assim expressamente revogada a lei n.º 1:679, de 5 de Dezembro de 1924.

§ 1.º Aos alunos do período transitório estabelecido no artigo 64.º é excepcionalmente e por uma só vez permitida a inscrição no ano lectivo de 1930-1931, com falta de um exame, quando no ano lectivo de 1929-1930 tiverem de fazer mais de quatro exames.

§ 2.º Quando em qualquer Faculdade de Medicina fôr resolvido no seu regulamento mudar uma disciplina ou um exame para o ano imediato do curso, poderão os conselhos permitir a inscrição nesse ano sem o aludido exame.

§ 3.º Aos casos previstos no § único do artigo 7.º deste decreto não se applicam as disposições do corpo do artigo 65.º

Art. 66.º É mantida a doutrina do decreto n.º 16:829, de 10 de Maio de 1929, que restabeleceu os exames de patologia médica e cirúrgica.

Art. 67.º Competirá às Faculdades de Medicina resolver todas as dúvidas que lhes forem apresentadas em matéria de inscrições e exames.

Art. 68.º Haverá duas chamadas em cada época de exames, separadas por um intervalo que não pode ser inferior a três dias.

Art. 69.º É permitido aos médicos-cirurgiões formados nas escolas médico-cirúrgicas e aos bacharéis formados pela Faculdade de Medicina de Coimbra segundo a legislação anterior à de 1911 e aos licenciados em medicina e cirurgia formados ao abrigo do Estatuto Universitário de 2 de Outubro de 1926 o uso do título profissional de doutor em medicina.

Art. 70.º Excepcionalmente, para o primeiro provimento das cadeiras cujos concursos foram já anunciados, poderão concorrer indivíduos diplomados em medicina.

§ 1.º Para os concursos determinados neste artigo as provas serão as seguintes:

1.ª Prova documental, que consistirá no *curriculum vitae* e trabalhos publicados especialmente sobre as matérias da cadeira vaga;

2.ª Apreciação e discussão dos trabalhos apresentados;

3.ª Uma lição sobre ponto sorteado com argumentação;

4.ª Uma lição sobre assunto à escolha do candidato com argumentação;

5.ª Uma ou mais provas práticas com argumentação.

§ 2.º Os candidatos que neste concurso forem aprovados em mérito absoluto serão nomeados professores agregados.

Art. 71.º O ensino da especialidade dentária e dos conhecimentos elementares dessa especialidade necessários para a cultura geral do médico será feito nas Faculdades de Medicina e regulado em diploma especial, que será promulgado pelo Governo, ouvidas as Faculdades.

Art. 72.º O ensino das parteiras continuará a ser ministrado nas Faculdades de Medicina, conforme fôr estabelecido nos respectivos regulamentos privativos.

Art. 73.º A presente lei entrará em vigor imediatamente na parte que não depende da promulgação do regulamento.

Art. 74.º Os conselhos das Faculdades enviarão ao Governo para aprovação superior os seus regulamentos, dentro do prazo de sessenta dias.

§ único. Enquanto não estiverem promulgados os novos regulamentos, as Faculdades reger-se hão, na parte não revogada no Estatuto Universitário e no presente decreto, respectivamente, pelos regulamentos aprovados pelo decreto n.º 11:085 para a Faculdade de Medicina de Coimbra, n.º 5:355 para a Faculdade de Medicina de Lisboa e n.º 14:948 para a Faculdade de Medicina do Porto.

Art. 75.º Enquanto não se fizer a reorganização geral dos serviços públicos, os quadros do pessoal docente e não docente continuam a ser os que estão actualmente estabelecidos.

Art. 76.º Fica revogada a legislação em contrário e em especial o decreto-lei n.º 17:586, de 7 de Novembro de 1929, na parte aplicável às Faculdades de Medicina.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*António Lopes Mateus*—*Luis Maria Lopes da Fonseca*—*António de Oliveira Salazar*—*João Namorado de Aguiar*—*Luis António de Magalhães Correia*—*Fernando Augusto Branco*—*João Antunes Guimarães*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

Direcção Geral do Ensino Técnico

Programa das matérias para o exame de admissão
no Instituto Industrial de Lisboa no ano lectivo de 1930-1931

Para os fins convenientes e nos termos do artigo 24.º do regulamento do Instituto Industrial de Lisboa, apro-

vado pelo decreto n.º 5:100, de 11 de Janeiro de 1919, se publica o programa das matérias para o exame de admissão no referido Instituto para o ano de 1930-1931, aprovado em sessão do conselho escolar de 28 de Abril:

Programa de aritmética

Operações sobre inteiros e decimais.

Potências, sua multiplicação e divisão. Extração da raiz quadrada.

Condições de divisibilidade. Máximo divisor e menor múltiplo comum de dois ou mais números.

Números primos. Decomposição em factores primos e suas aplicações.

Fracções: simplificação, redução ao mesmo denominador; comparação em dízima e operações. Números complexos, sua redução e cálculo.

Proporções aritméticas e geométricas, definições e propriedades principais.

Progressões aritméticas e geométricas, definições, expressão do termo geral e da soma de qualquer número de termos.

Logaritmos. Propriedades dos logaritmos vulgares. Prática do cálculo de logaritmos.

Regra de três, simples e composta. Regra de companhia. Regra de mistura ou liga. Regra de falsa posição.

Programa de geometria plana

Ângulos. Rectas perpendiculares, oblíquas.

Triângulos. Igualdade de triângulos. Dependências recíprocas dos elementos de um triângulo.

Propriedades das perpendiculares e oblíquas tiradas do mesmo ponto para uma recta. Triângulos, rectângulos, casos de igualdade.

Lugar geométrico, sua definição. Lugar geométrico de pontos equidistantes de dois pontos ou de duas rectas.

Rectas paralelas. Rectas notáveis no triângulo.

Linha curva. Circunferência, raio, diâmetro, corda, círculo, segmento, sector, secante, tangente, normal.

Posições relativas de dois círculos.

Posições relativas de uma recta e de um círculo.

Medida dos ângulos.

Ângulos inscritos e ex-inscritos no círculo.

Polígonos. Propriedades gerais. Propriedades dos polígonos inscritos e circunscritos ao círculo. Perímetro.

Polígonos regulares convexos, áreas de rectângulo, triângulo, paralelogramo, trapézio, polígono regular, círculo, sector.

Comprimento de um arco de círculo. Relação entre a circunferência e o diâmetro.

Proporcionalidade dos segmentos interceptados em duas rectas por um feixe de paralelas. Figuras semelhantes. Escalas gráficas.

Programa de química

I

Fenómenos físicos e fenómenos químicos. Corpos simples e corpos compostos.

Propriedades físicas e propriedades químicas. Combinações e misturas.

Principais caracteres que distinguem as combinações e misturas.

Análise e síntese. Afinidade.

II

Propriedades físicas dos metais e metalóides. Indicação nominal dos corpos simples mais importantes.